

## **A justificativa ideológica do avanço neoliberal na Argentina: a ideologia da “Greta”/Mancomunhão**

### **The ideological justification of the neoliberal advancement in Argentina: the ideology of "greta"/mancomunion**

Lisandro Almeida Braga <sup>1</sup>

Matias Artese<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é refletir sobre alguns dos aspectos da configuração ideológica impulsionado pelo novo projeto neoliberal (discricionário) vigente hoje na Argentina. A partir da exploração de alguns discursos oficiais, nossa intenção será explicitar os traços do andaime discursivo-simbólico ligado ao avanço político-econômico de algumas alas do bloco dominante (ala governista). Nossa hipótese é que, com a permissão das principais empresas capitalistas de comunicação e a difusão e interpretação tendenciosa sobre as causas dos conflitos sociais, se construiu um suporte ideológico que em certa medida resultou exitoso e permitiu um consenso para essa forma neoliberal. Contudo, visualiza-se o desmoronamento desse discurso à raíz das contradições imanentes do próprio neoliberalismo e da mobilização de setores desprivilegiados que resistem, e do qual também esboçamos algumas reflexões.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo discricionário, luta de classes, bloco dominante, discurso ideológico.

**Abstract:** The objective of this work is to reflect on some of the aspects of the ideological configuration driven by the new neoliberal (discretionary) project in force in Argentina today. From the exploration of some official discourses, our intention will be to explain the features of the discursive-symbolic scaffold connected to the political-economic advance of some wings of the dominant block (governing wing). Our hypothesis is that, with the permission of the main capitalist companies of communication and the biased diffusion and interpretation on the causes of social conflicts, an ideological support was built that to some extent was successful and allowed a consensus for this neoliberal form. However, the collapse of this discourse is seen in the wake of the immanent contradictions of neoliberalism itself and the mobilization of underprivileged sectors that resist, and from which we also sketch some reflections.

**Keywords:** Discretionary neoliberalism, class struggle, dominant block, ideological discourse

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais/Universidade de Buenos Aires, Argentina, professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, investigador do Conselho Nacional de Investigações em Ciência e Técnica (CONICET) e do Instituto de Investigações Gino Germani (UBA) e autor dos livros Responsabilidad civil y genocidio (2005) e Cortes de Ruta e Represión (2013).

## Introdução

Poderíamos considerar que o conflito e o protesto social na Argentina tem adquirido uma grande vitalidade nas últimas décadas, ainda que com variações na intensidade, estratégias, objetivos e sujeitos envolvidos nas manifestações. A uma só voz, existiu uma caracterização moral, política e ideológica sobre a conflitividade social que também esteve condicionada por aquelas variáveis, resultando assim em graus distintos de estigmatização ou legitimação por parte dos governos vigentes, dos representantes do *stablishment* econômico, ou do capital comunicacional<sup>3</sup>.

O período auge das lutas de ruas que caracterizou o segundo governo de Menem (1995-1999) e o interrompido governo de De la Rúa (1999-2001), sofreu algumas mudanças a partir da etapa compreendida pelos governos kirchneristas.<sup>4</sup> Ali começa um processo de “institucionalização” tanto dos protestos como dos setores populares que as levaram a cabo. A razão principal deste fenômeno se encontra na gestão política do governo de Néstor Kirchner (2003-2007), com a qual dá-se curso institucional a boa parte das contestações (COTARELO, 2016), em consonância com a incorporação ao governo de alguns dos dirigentes de movimientos sociais que protagonizaram diversos protestos nos anos anteriores. Isso não significa que durante esta etapa também não estivessem presentes as lutas por melhores condições de vida por parte de amplas franjas da população assalariada e/ou desempregada.

Tampoco estiveram ausentes outro tipo de conflitos impulsionados por setores da burguesia e algumas de suas frações. Estas manifestações tiveram seu pico máximo em 2008 com a chamada “crise do campo”,<sup>5</sup> ou nas manifestações convocadas por setores de frações burguesas urbana como o chamado “8N” (realizada em 8 de Novembro de 2012), uma massiva mobilização contra situações econômicas e políticas do momento (impossibilidade de comprar dólares, corrupção, especulação sobre uma possível reforma constitucional de Cristina Fernández etc.)

Com esses marcos foi-se dando forma a reconstrução de uma força social e política de características conservadoras e/ou reacionárias, que cobra uma expressão

---

<sup>3</sup> Em síntese o capital comunicacional compõe o conjunto das empresas capitalistas de comunicação (jornais, tvs, revistas etc.). Para uma maior conceituação do capital comunicacional consultar: Viana (2007) e Braga (2015).

<sup>4</sup> Governos de Nestor Kirchner (2003-2007) e de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015).

<sup>5</sup> O conhecido “conflito do campo” foi um protesto realizado por produtores agrícolas de diversas envergaduras por causa de um imposto sobre a produção e exportação de soja. Ao longo de ano de 2008 foi produzido praticamente o dobro de atos de protesto mediante o bloqueio de estradas que o ano de 2002 –em plena crise econômica e política–, com 5608 atos sobre 2336 (Cotarelo, 2016, p. 51).

institucional nas eleições (segundo turno, balotage) de novembro de 2015, e com a posterior vitória da aliança “Cambiamos” (Mudemos/Mudança) nas eleições nacionais, que levou finalmente Mauricio Macri à presidência. Dita aliança superou o candidato do kirchnerismo com uma diferença de 2,8 pontos percentuais, e parte de sua plataforma política foi integrada pelos representantes de distintas frações do capital monopólico transnacional. De tal modo, o advento desta aliança abre as portas a uma nova ofensiva do capital financeiro e as frações superiores do capital produtivo, majoritariamente empresas transnacionais e grandes exportadores (WAINER, 2016).

Tal ofensiva foi possível não apenas pela raiz do desgaste político e econômico sofrido pelas administrações kirchneristas –problemas de corrupção, rupturas políticas com diversos setores, inflação etc.-, senão que também se construiu e difundiu a “catapulta” ideológica do projeto neoliberal discricionário<sup>6</sup> que encarnava o candidato Mauricio Macri. E o objetivo aqui será refletir sobre alguns traços da construção de um consenso favorável a esta aliança no poder. A hipótese, que aqui ficará aberta e sem resolução, é que um desses aspectos - o sentido comum sobre a conflitividade, a coesão e a ordem social- constituiu a base de uma batalha ideológica que resultou exitosa para a ascensão da administração Macri.

O artigo se estrutura do seguinte modo: estabeleceremos alguns conceitos teóricos acerca de como ideologia, discurso e capital comunicacional conformam um entrelaçado simbólico que é parte da luta de classes. Logo exploraremos os traços principais do que aqui compreendemos como “ideologia da greta” e da “mancomunhão”, eixos sobre os quais tem-se insistido intensamente durante as campanhas da aliança “Cambiamos”. Finalmente exploraremos as limitações desses discursos dominantes frente às condições concretas do desenvolvimento do capitalismo no país.

### **Luta de Classes, Luta Ideológica**

As discussões acerca da realidade e de como os sujeitos representam a mesma, formam um dos eixos centrais das ciências sociais e da filosofia –algo que aqui não será o objetivo da nossa abordagem. Portanto, a realidade nunca é “ela mesma”, senão uma

---

<sup>6</sup> O neoliberalismo discricionário expressa uma nova ofensiva capitalista que emerge em um período de desestabilização/crise do regime de acumulação integral (VIANA, 2009), buscando ampliar e intensificar ainda mais o projeto neoliberal vigente na América Latina desde a década de 1990, com vistas a promover uma maior acumulação de capital, através da superexploração do trabalho e diminuição drástica dos gastos estatais (em serviços sociais) via políticas de austeridade.

construção ou simbolização incompleta sobre a mesma. Nessa recriação intervêm relações de poder, paradigmas, valores, forças sociais e, desde já, ideologias.

Falar de *ideologia* – termo controvertido e fonte de diversas discussões até hoje vigentes- nos leva a diversas acepções desde seu próprio nascimento durante o racionalismo francês até fins do século XVIII, com a definição cunhada por Destut de Tracy como ciência ou “conhecimento das ideias”. Logo Marx e Engels falaram da ideologia como uma *falsa consciência sistematizada* em sua “Ideologia Alemã”, ou aquelas ideias equivocadas que os homens tem instalado sobre o que são ou deveriam ser e das quais devem se despojar, entendendo as relações concretas que estabelecem entre si. Ou a –também introduzida por Marx- *teoria da alienação* (Manuscritos de Economia e Filosofia de 1844), onde os processos e condições sociais de produção escapam ao controle consciente dos seres humanos, quem possuem uma concepção reificada (coisificada) de sua própria atividade. Estas considerações são clássicas, e ineludíveis na hora de trabalhar o conceito, e muito se tem dito sobre a ideologia desde essas considerações fundacionais, o que não é nossa intenção mencionar aqui.

Hoje poderíamos nos remeter às ideologias, de maneira muito mais abarcativa, como o *conjunto de significados e representações compartilhadas que ordenam e dão sentido à vida social*. E que inclusive tem um grau de coerência interna: quando por exemplo um grupo portador de determinadas representações enfrentam acontecimentos e situações novas (VAN DIJK, 2003, p. 24), é capaz de criar questionamentos e sustentar seus fundamentos, mais além de que obedecem ou não a um sistema verdadeiro de ideias.

E por isso poderíamos considerar que as ideologias são, sobretudo, um conjunto de *práticas sociais*. Em tal sentido Althusser assinalou que, além de ser um conjunto de representações sobre a realidade, toda ideologia *interpela* aos indivíduos tanto quanto os “recruta”. Junto a outra característica fundamental: “esse processo se estabelece de maneira tal que o caráter ideológico parece ficar fora do mesmo: a ideologia é a negação prática de seu caráter ideológico” (ALTHUSSER, 2002, p. 148). Tal sua complexidade.

Algo que também subscreve o filósofo althusseriano Michel Pechêux (2008, p. 158): “as ideologias não são feitas de ideias, senão de práticas (...) de classe (práticas de lutas de classes), que tornam possível visualizar um emaranhado de disputas. Quer dizer, todo marco ideológico pode ser entendido como um cenário de confrontações –ou produto de confrontações anteriores- que lhe dá forma no plano simbólico.

Nesse sentido, a adesão a um sistema de crenças não implica referências abstratas senão um compromisso que, se bem implica uma instância discursiva, vai muito além da mesma. Por exemplo, conceitos como “democracia”, “liberdade” ou “populismo” não só implicam uma definição –que por certo, estão longe de ser unívocas e fechadas-, senão que também, implicam disputas e confrontações nas quais os homens podem chegar a julgar a vida. Assim é que as ideologias não são “significantes que estão em livre flutuação com respeito a outros interesses” (EAGLETON, 2005, p. 283), pelo contrário são produto de tensões e disputas com carácter histórico.

Quer dizer que nesses processos estão implicadas relações de poder que concentram interesses e metas determinadas. Antonio Gramsci, como se sabe, tem refletido acerca de como se constroem ideias políticas de carácter hegemônico nas sociedades modernas: requer-se um consenso que emerja de uma moral e ideologia dominantes no seio da sociedade civil. E para ele, torna-se necessário a constituição de *intelectuais orgânicos*, ou aqueles quadros que cumprem a tarefa de difundir e propagar –baseados em uma “confiança” que seu papel adquire socialmente- as ideias do *grupo dominante* a favor de gerar dito consenso (GRAMSCI, 1967).

Nas sociedades contemporâneas, boa parte desses intelectuais se vinculam às potentes empresas capitalistas de comunicação e à sua tarefa de propagar um enfoque da realidade de acordo com os interesses da classe dominante. Por isso consideramos relevante nessa discussão nos referirmos a algumas especificações relativas ao conceito de ideologia e ao papel que cumprem as empresas capitalistas e hegemônicas de comunicação: o fornecimento e construção seletiva do conhecimento social, orquestrar e unir imaginários sociais por cujos meios percebemos as realidades vividas (HALL, 2013).

Assunto que tem sido estudado inclusive em um plano cognitivo (VAN DIJK, 2003, p. 47), do qual se despreende que o discurso difundido massivamente (seu virtual carácter de “verdade”) influi poderosamente na forma em que se define um acontecimento, ou em como representamos a sociedade em nosso conhecimento. A respeito o mesmo autor assinala:

Os meios de comunicação exercem um papel muito específico nas estruturas sociais; tanto tratando-se de estruturas privadas como estatais, os meios (dominantes) estão, sobretudo, fortemente associados com as formações sociais e as instituições dominantes [...] Nas sociedades industrializadas, por conseguinte, os meios de comunicação são a instituição principal, de reprodução ideológica, provavelmente mais importantes que o sistema educativo propriamente dito (VAN DIJK, 1997, p. 52-53).

É por isso que a enorme gravitação social que adquirem hoje as empresas capitalistas de comunicação a partir de sua grande capacidade de articulação política e ideológica, é inseparável do seu carácter econômico-corporativo próprio da classe dominante. De modo tal que no capitalismo deveríamos nos referir aos meios massivos de comunicação como *capital comunicacional* (VIANA, 2007; BRAGA, 2015).

Além da necessidade de valorizar capital e adquirir lucro, como toda empresa, o capital comunicacional se caracteriza pela busca de “melhores condições ideológicas para garantir a sociabilidade do regime de acumulação dominante e, portanto, sustentar a reprodução dos interesses da classe dominante” (BRAGA, 2015, p. 107). Algo que MATTELART (2010), CHOMSKY e EDWARD (2013) e THOMPSON (2002) também já tinham assinalado: o caráter de classe – e portanto, de luta de classes- que implica a difusão massiva e reprodução mercantil de formas simbólicas, pelo fato de que as grandes empresas de comunicação são empresas capitalistas integradas ao mercado, e condicionadas pelo mesmo. Nesse sentido, o capital comunicacional hegemônico também “inculcam nos indivíduos os valores, crenças e códigos de comportamento que lhes farão integrar-se às estruturas institucionais da sociedade. Em um mundo em que a riqueza está concentrada e no qual existem grandes conflitos de interesses de classe” (CHOMSKY e EDWARD, 2013, p. 21).

O discurso difundido massivamente constitui um elemento primordial para a construção de hegemonia política e ideológica-cultural; essa transmissão de ideias com capacidade de interpelação da qual mencionávamos mais acima. Como se aplica isto aos aspectos que estamos refletindo? Na Argentina, as empresas como *Clarín* e *La Nación* conformam um emaranhado social dominante através da liderança na difusão de notícias em formato impresso, radiofônico, televisivo e pela internet, formando um pilar fundamental com os alinhamentos principais da ordem social estabelecida, do qual tais empresas estão intimamente vinculadas pelos interesses econômicos e políticos da classe dominante.

Essas empresas capitalistas de comunicação, ademais de expressar um alinhamento junto ao novo governo da aliança “Cambemos”, respaldam o principal *leit motiv* dessa aliança e que vem se constituindo em sentido comum: o conflito social é um fenômeno pernicioso, gerado por fatores externos que atentam contra a ordem e a paz social. Hoje esses fatores já não estão personificados, como em outras épocas de escalada da luta de classes, na subversão e nos movimentos guerrilheiros de esquerda. Os que atentam hoje contra essa paz social são os que protestam, contestam e lutam

contra as medidas de ajuste econômico, demissões, aumento da inflação, os que se mobilizam, organizam e enfrentam.

O avanço de formas sociais, com nítidas características neoliberais discricionárias na Argentina, não pode ser compreendido sem uma série de representações que tem adquirido força hegemônica. E por isto propomos revisar, através das mensagens difundidas pelas principais empresas capitalistas de comunicação, as ideias que conseguiram interpelar a boa parte da população, e que conseguiram se instalar como “agenda pública”. Um exercício que entendemos como necessário para tratar de desentranhar alguns dos elementos do discurso dominante que, deste modo, forma parte de um projeto político da classe dominante.

### **A justificativa ideológica do avanço neoliberal**

Não é a primeira vez que na Argentina se constroem certos discursos que buscam estigmatizar o conflito social e setores em luta em diversos períodos, ou que caracterizem negativamente as políticas públicas que tem beneficiado –ainda que seja de modo parcial e momentaneamente- aos setores mais negligenciados. Tem existido diversos *inimigos internos* ao longo da história: por exemplo, na década de 1990 as manifestações do “Movimento Piqueteiro” foram caracterizadas muitas vezes como *ações subversivas*, e catalogadas como *infiltradas por células guerrilheiras* (ARTESE, 2011; BRAGA, 2016). Durante a crise de 2001 e os primeiros anos do governo de Néstor Kirchner, também foi ligado à ilegalidade e o delito às manifestações do Movimento Piqueteiro, durante uma situação econômica extremamente precária para os setores populares (ARTESE e GIELIS, 2014). Também em outros momentos da história ressurgiram estigmatizações como na década de 1970 com a “subversão apátrida”, ou na década de 1940 com as “cabecinhas negras peronistas”, ou com a “imigração bolchevique” na década de 1920. Se trata de discursos formulados pelo bloco dominante frente a ações ou cenários potencialmente perturbadores de um status quo<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Dentro das ciências sociais tampouco é novidade considerar a conflitividade como algo pernicioso. Durante o primeiro positivismo, no começo do século XIX, Aguste Comte colocou a necessidade de constituir *leis sociais* que permitam decifrar o movimento do social e suas anomalias (revoluções, revoltas, rebeliões, protestos etc.), para assim poder formar idealmente uma sociedade com “ordem e progresso” (NIEVAS, 2015).

Nos últimos cinco anos assistimos a uma nova difusão de uma série de ideias–força que tem adquirido alto grau de representação cotidiana/*sentido comum*<sup>8</sup>; quer dizer, ideias hegemônicas, correntes de opinião dominantes, que constituem um *marco ideológico dominante*.

Um dos pilares principais dessas ideias-força é o discurso que afirma que na sociedade argentina abriu-se “uma greta”, produto fundamentalmente das más gestões durante o período kirchnerista, pois a partir dali havia impulsionado deliberadamente o rompimento da coesão entre os argentinos. Este discurso, aliás, formou parte da campanha do projeto neoliberal discricionário que hoje (2017) governa a Argentina, acompanhado de outra ideia vigente: que o novo projeto de governo se erigiria como “restaurador da concórdia”.

A explicação deste andaime discursivo é que o país entrou em um labirinto de confrontações à raiz de um estilo “populista”; quer dizer, a causa de uma forma de governo baseada centralmente na demagogia, em uma sorte de retórica manipuladora e com propostas fáceis a problemas complexos. Tanto as medidas “populistas” como os setores em luta seriam, respectivamente, causa e consequência de alguns dos problemas sociais mais urgentes da Argentina atual.

A “ideologia da greta” poderia resumir-se do seguinte modo: A) as divisões e conflitos entre os argentinos tem sido instalados artificialmente (greta); B) Portanto, estes conflitos e divisões são externos e anormais; C) São então de caráter episódico: houve um passado em que estivemos unidos, e podemos voltar a estar (mancomunhão). Não casualmente, esta explicação se difunde por diversas alas do bloco dominante (frações burguesas e seus representantes políticos, com a aliança das principais empresas capitalistas de comunicação).

Desde já, esta forma de interpretar a realidade não chega ao ponto de se tornar senso comum/representação cotidiana se não possuir alguma correlação com situações sociais concretas e circunstâncias materiais. Nesse sentido, Therborn (1987) coloca que é possível produzir e difundir uma visão ideológica da realidade quando existem variáveis específicas como:

- a) “Oradores com capacidade de expressão e difusão” – ou aliança político-econômica-comunicacional-;

---

<sup>8</sup> As representações cotidianas são entendidas aqui como a “expressão consciente da vida cotidiana, a manifestação das atividades cotidianas dos indivíduos não apenas em seu repertório temático (determinado por uma forma concreta de sociabilidade) mas também em sua forma de expressão, marcada pela naturalização, simplificação e regularidade” (VIANA, 2008, p. 74).



- b) “A afirmação de um “tema” identitário e sua importância” –supõe que a população está dividida artificialmente por causa de governos populistas e confrontativos, propagadores da “greta”-;
- c) “Referências do presente ou do passado que dêem forma a essas ideias como “boas”” –a “greta” frente à promessa de diálogo e “mancomunhão”-;
- d) “O chamado a algum tipo de ação para sustentar essas ideias, incluindo as sanções ao que representa o perturbador” –criminalização e estigmatização sobre os setores em luta ou que representem “o passado”-.

Ainda que massivo, o discurso-ideologia da “greta” se sustenta de maneira falaciosa, e sua noção heterônoma da realidade –explicar o conflito social como algo “instalado artificialmente”-, desvia o problema de fundo: as diferenças irresolvíveis que geram o capitalismo. Quer dizer, se visualiza só o sintoma (a expressão de conflitividade) e não a raiz do mesmo (as contradições e antagonismos culturais, políticos e econômicos imanentes a toda sociedade de classes que produz e reproduz exploração, desigualdades e lutas).

Falando de outro modo, trata-se de um sistema interpretativo que surge essencialmente da luta de classes, mas que nega a existência da mesma. Algo que nos remete à aquela concepção marxista da ideologia como *epifenômeno*, mais que como ilusão (THOMPSON, 2002, p. 64).

O enfoque que aqui denominamos “ideologia da greta” é acompanhado, como sugerimos, pelo da “ideologia da mancomunhão”, objetivo declarado do atual governo<sup>9</sup>. Vejamos alguns exemplos, neste caso parte da plataforma política da Aliança Cambiemos:

Nesses anos nos disseram que nós argentinos estávamos divididos, que não tinha sentido nos unirmos, que nossas diferenças eram irreconciliáveis. Creio no contrário. Creio que só poderemos construir um futuro se trabalharmos juntos. Por isso elegi unir os argentinos como um dos três sonhos, um dos três desafios pelo qual quero que me avaliem e a minha presidência. [...] <sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Esta série de interpretações estão vigentes desde meados de 2013, quando as proto alianças que logo deram base ao partido “Cambiemos”, já difundiam em spots de campanha mensagens sobre as divisões causadas “artificialmente”. Ver por exemplo o spot “Argen e Tina”: <https://www.youtube.com/watch?v=koFgJj2CbVQ>

<sup>10</sup> Parte das propostas de campanha da Aliança Cambiemos. Disponível em <http://cambios.com/propuestas/unir/>

Até outubro de 2015 Macri declarava –ainda na condição de candidato à presidente- em um ato na província de Córdoba: “[Não estamos] contra ninguém, senão a favor do futuro [...] A partir de 10 de dezembro há uma só equipe: me comprometo a unir os argentinos”<sup>11</sup>. Vemos que a utilização de eufemismos e declarações abstratas, como “estar a favor do futuro”, ou falar dos “argentinos” como uma figura indivisível, é outra das características do discurso oficial.

Este tipo de declarações não foram restritas apenas a uma etapa da campanha eleitoral: em uma entrevista realizada com Macri, no dia seguinte de seu triunfo no segundo turno, ele manifestava: “minha análise é que a greta existe, que é séria, exatamente porque não tínhamos uma tradição com esse nível de confrontação [...] e foi se aprofundando nesses anos, de uma forma claramente exponencial”<sup>12</sup>.

A tarefa de unir e reparar a coesão social se realizaria, durante o atual governo de Macri, simplesmente através de uma ferramenta comunicativa: o diálogo; instância aparentemente superadora dos conflitos e da luta de classes. Já no exercício do poder, em novembro de 2016, o presidente Macri insistiu com a ideia de estar “impulsionando uma transformação, uma mudança cultural tão profunda, **deixando para trás décadas de populismo, de negação, de conflito**”<sup>13</sup>.

Renovou esta proposta da mancomunhão através do diálogo inclusive negando que existisse a chamada “greta”: “o diálogo é a forma que a sociedade elegeu para resolver os problemas e é o que nos diferencia do governo anterior (...) Eu não creio na greta. A grande diferença do meu governo com o anterior é que nós cremos profundamente na potencialidade do diálogo”<sup>14</sup>.

Logicamente, afirmar problemas de divisões sociais não é problema desta tese, pois nos referimos sempre a uma sociedade que produz e reproduz desigualdades, explorações e lutas no seu seio.<sup>15</sup> O problema é, como já expomos, a explicação e a valorização moral que se dá sobre a conflitividade: desde o discurso hegemônico se

---

<sup>11</sup> Nota “Mauricio Macri: ‘me comprometo a unir os argentinos’”, diário *Infobae*, 22 de outubro de 2011.

<sup>12</sup> Nota “O kirchnerismo se apropriou da raiva, da frustração e o rancor”, diário *El Cronista*, 11 de dezembro de 2015.

<sup>13</sup> Ver nota “Mauricio Macri: “O ano que vem nos julgamos a consolidar e vamos ganhar”, diário *Infobae*, 20 de novembro de 2016.

<sup>14</sup> Ver nota “Macri, exclusivo com Crônica: ‘Não creio na greta’”, diário *Crónica*, 17 de abril de 2017.

<sup>15</sup> Inclusive na gestação como nação independente se verificam os enfrentamentos, já seja dentro dos grupos revolucionários, ou mais adiante no processo de guerras civis em função de definir interesses contrapostos dos diversos grupos dominantes. Por isso tampouco na gênese como país poderíamos falar de uma única “argentinidade”, nem sequer em 1816, ano da Declaração de Independência na Argentina (García Fanlo, 2016).

estabelece que todo conflito é negativo, aparentemente recente, e se distancia de toda normalidade.

Trata-se de um discurso que tem obtido certa efetividade: em julho de 2016 foi realizado um estudo sobre 120 assalariados, do qual apresenta que os 86% dos entrevistados considerou que os argentinos estavam desunidos ou muito desunidos. Entre as possíveis causas desta desunião, sobressaiam “a política e os políticos” (33%) e “a economia” (25%). Quando se indagou acerca do momento em que se originaram estas desuniões, uns 30% considerou que as mesmas existem desde o início da formação como república, enquanto que uma porcentagem similar (31%) vinculou as razões das desuniões ao kirschnerismo. Somente uns 12% vinculou estas desuniões ao curto período do governo macrista<sup>16</sup>. Quer dizer, uma noção sobre a conflitividade que pouco reflete as condições concretas que se estabelecem em uma sociedade de classes.

Outra pesquisa realizada sobre 2000 casos em abril de 2017 mostrou dados similares: uns 35,4% considerou o governo de Cristina Fernández como a causa das divisões, ainda que neste caso –talvez por se tratar de um momento posterior à pesquisa anterior- é superior a porcentagem daqueles que veem no governo de Macri a causa dessas divisões (28,5%)<sup>17</sup>. No fundo, se trata de interpretações da realidade que evidentemente tem ganhado os corações e as mentes na busca pela hegemonia política (BARRET, 2008).

Slavoj Žižek afirma que uma ideologia “se apodera de nós” realmente quando não sentimos nenhuma oposição entre ela e a realidade. Triunfa então “quando os fatos que contradizem essas ideias terminam sendo parte de um argumento justificador do mesmo marco ideológico” (ŽIŽEK, 2008, p. 366). Algo que pode ser aplicado, por exemplo, às ideologias racistas que apresentam superioridades e inferioridades em distintos grupos humanos em nome de supostas “incompetências”. Ou as ideologias neoliberais que justificam a pobreza mediante explicações individualistas ou meritocráticas, e que afirmam que a conflitividade social é uma anomalia que pode ser desativada mediante o esforço e a mera vontade de dialogar.

Sendo assim, aqueles setores da sociedade mobilizados no intuito de resistir às políticas de austeridade neoliberais, seriam hoje os responsáveis de continuar promovendo as divisões sociais e a conflitividade.

---

<sup>16</sup> Ver nota “a ‘greta’, ou o problema da perspectiva artificial do conflito”, em *Notas, periodismo popular*, 14 de febrero de 2017.

<sup>17</sup> Ver nota “Uma pesquisa midiu "a greta" os responsáveis de que se tem aprofundado”, *Jornal Clarín*, 17 de abril de 2017.

### **As limitações da falácia**

Até aqui temos explorado um andaime discursivo que na Argentina tem demonstrado possuir certo êxito na sua construção de consenso. Contudo, quais são os limites? Que capacidade de sustentação tem realmente as representaciones que na Argentina tem afirmado a possível e necessária “mancomunhão” a partir do novo pacote de medidas neoliberais? Podem seguir explicando os conflitos e divisões sociais apelando à “más administrações” ou “maus estilos de governo” anteriores?

As medidas econômicas do governo de Macri implicaram, praticamente desde sua chegada ao poder, um cenário de maior vulnerabilidade para certas frações das classes auxiliares e para as classes desprivilegiadas e subalternas. A desvalorização de 40% da moeda com respeito al dólar implicou um duro golpe ao poder aquisitivo da maioria da população, à raiz do aumento quase automático nos preços das mercadorias (enquanto que o aumento da massa salarial foi na ordem de 18%).

A eliminação de planos sociais ou a retirada paulatina do subsídio estatal aos serviços públicos provocou um drástico aumento das tarifas, o que gerou um empobrecimiento ainda maior nos setores mais desprivilegiados da população, pois ali as rendas são dirigidas e, maior proporção à cesta básica (alimentos, serviços). as consequências diretas destas medidas se viram refletidas nos primeiros meses da administração macrista: um milhão e meio a mais de pobres e mais de 600.000 de novos indigentes<sup>18</sup>.

Ao mesmo tempo se aplicou uma remoção das taxas à exportação das corporações mineiras e agrícolas, o que implicou quase de imediato uma transferência de recursos aos setores mais concentrados e transnacionais da economia, além da consequente reprimarização da economia (VARESI, 2016). Definitivamente, não se deve a “erros de cálculo” esta série de medidas econômicas, sim tem a ver com o fato de que a la alianza Cambiemos implica o primeiro partido que chega ao poder por vias democráticas conformado por dirigentes que manifestaram publicamente ideias de direita ou conservadoras –ainda que durante a campanha pela presidência hajam evitado essas ideias-.

Quer dizer as próprias contradições da dinâmica do emaranhado social se evidenciam quase mesmo desde o início do projeto político-econômico que encabeça o

---

<sup>18</sup> O observatório permanente da Universidade Católica Argentina (UCA) assim declarou nos primeiros meses de 2017. Ver “Para a UCA, cresceu a pobreza e em quase un ano há 1,5 milhões a mais de pobres”, *Jornal La Nación*, 9-03-2017.

governo de Macri. Neste panorama, as condições de existência põem potencialmente em xeque a efetividade dos discursos oficiais.

A pouco de ter assumido, a ministra de Segurança Patricia Bullrich promoveu um “protocolo” mediante o qual todos os manifestantes presentes em bloqueios de ruas, estradas ou avenidas seriam intimados para as desocuparem<sup>19</sup>. Tal medida é destinada a disciplinar o previsível conflito social diante das medidas econômicas de ajuste e maior precarização do trabalho e marginalização da divisão social do trabalho. O projeto não contou com debates prévios nem com a participação de Organismos de Direitos Humanos, além de carecer de precisões acerca da integridade física dos manifestantes, regulação de armas das forças de segurança etc.

Ao final de 2016 o próprio presidente da república renovou o pedido de aplicar um maior controle dos protestos, através de pedidos ao chefe de Governo da Cidade de Buenos Aires, que pertence ao mesmo partido de Macri.<sup>20</sup>

Em março de 2017 voltou-se a insistir desde o Governo nacional com a necessidade de limitar o protesto<sup>21</sup>, em um momento de acirramento do conflito social, com massivas mobilizações em distintos pontos do país, mediante marchas e mobilizações que incluíram o bloqueio de ruas e estradas.

Foi assim que o mês de março de 2017 implicou um momento de inflexão para o governo, à raiz do auge do protesto social: seis manifestações massivas em 25 dias, que mobilizaram mais de um milhão de pessoas (só na cidade de Buenos Aires) por reclamações vinculadas a problemas econômicos como demissões, salário e pobreza, além de reclamações por direitos humanos e violência sexista.

Entre elas mencionamos a marcha docente de 6 de março, quando dezenas de sindicatos docentes do país convocaram a uma Marcha Federal pela Educação. Tal marcha se realizou no dia 22 de março, y ali se reuniu ao redor de 400.000 manifestantes e, um contexto de greve que já levava vários dias<sup>22</sup>. No dia 7 de março as principais centrais sindicais convocaram a uma nova manifestação devido à manutenção

---

<sup>19</sup> Nota “Patricia Bullrich defendeu o protocolo anti piquetes: ‘Se não irem embora em 5 ou 10 minutos, iremos tirá-los a sacar’”, Jornal *La Nación*, 18 de fevereiro de 2016.

<sup>20</sup> Notas “O Presidente exigiu a Larreta que imponha um limite aos piquetes”, Jornal *La Nación*, 30 de dezembro de 2016;

<sup>21</sup> Nota “A pedido de Macri, impulsam um novo plano para limitar os piquetes na Cidade”, Jornal *Clarín*, 17 de março de 2017.

<sup>22</sup> A paralização se sustentou a raiz de que não se estabeleciam as paritárias (compensação salarial por aumento inflacionário), além de exigências por melhores condições no trabalho docente. Notas “a multidão como protagonista”, Jornal *Página 12*, 12 de março de 2017; e “Se o governo não escuta, isto não se resolve”, Jornal *Página 12*, 23 de março de 2017.

do aumento de demissões, da redução relativa de salários e aumento da pobreza. Reuniu cerca de 200.000 trabalhadores só na cidade de Buenos Aires e ali se assentou a vontade de estabelecer uma paralização geral de atividades no dia 6 de abril. Em 30 de março houve uma nova manifestação de mais de 100.000 pessoas convocada por diversos sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais de distintas perspectivas, em protesto pelos mais de 200.000 postos de trabalho perdidos nos primeiros quinze meses de governo, o aumento da inflação (40% em 2016).

Contudo, o itinerário a favor de limitar e reprimir o protesto social continuou, e em abril de 2017 este avanço foi reforçado, desta vez com um projeto que a Aliança Cambiemos enviou ao Congresso e que propõe reformar o Código Penal para agravar as penas relativas às manifestações públicas, em particular bloqueio de ruas e estradas. Ou seja, um projeto dirigido a penalizar as classes subalternas e desprivilegiadas que são as que recorrem frequentemente a este tipo de manifestação<sup>23</sup>. Um claro processo de criminalização e judicialização da contestação social, peça-chave no processo de regularização neoliberal (ARTESE, 2011; BRAGA, 2016).

O apoio às medidas oficiais também teve seu lugar e momento nas ruas, através do chamado “1A”, realizado em 1º de abril de 2017. Tratou-se de uma mobilização que concentrou dezenas de milhares de pessoas que se autoconvocaram para apoiar as medidas tomadas pelo governo nacional e em demonstração de confiança. Os manifestantes provinham majoritariamente de frações das classes auxiliares e serviçal urbanas<sup>24</sup>, e não faltaram demonstrações de estigmatização e repúdio às anteriores manifestações de protesto contra o governo nacional, acusadas de serem sustentadas pela oposição mediante recebimento de cargos e favores<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> Ver nota “Quando protestar se converte em delito”, Jornal *Página 12*, 15 de abril de 2017. Em contradição com o que usualmente se difunde nas empresas capitalistas de comunicação hegemônica, o rechaço a estas formas de manifestação não é absoluto. Na entrevista realizada com 120 trabalhadores, anteriormente mencionada, encontramos que a participação em diversas ações de protestos ronda os 58% do total. Assinalaram em uns 45% que o bloqueio de ruas e estradas é um método eficiente, e ainda mais: quando se deram exemplos concretos sobre distintos protestos mediante o bloqueio de ruas, houve uma clara tendência a favor das mesmas (72%) quando foram realizadas por trabalhadores.

<sup>24</sup> Para compreender os conceitos de classes auxiliares e serviçal, ver VIANA (2012).

<sup>25</sup> Inclusive o próprio presidente Macri publicou nas redes sociais uma mensagem que resumia novamente eufemismos abstratos sobre unidade junto a estigmatizações sobre os protestos anteriores: “Que lindo. Que tantos cremos que temos um futuro por construir. Que juntos vamos a gerar as oportunidades de progresso para nossos filhos e filhos de nossos filhos, com base em dizer-nos a verdade, com base a depositar cada dia o melhor de cada um de nós. E expressamos isso de coração, espontaneamente, sem que haja tido coletivos (ônibus), nem *choripan*” [esclarecemos que “choripán” é uma comida muito popular que consiste em um pão com linguiça assada. É mencionado como objeto de “chantagem”, já que supostamente a vontade dos manifestantes é comprada mediante esta comida.] Ver nota “Macri: a marcha foi uma expressão espontânea, ‘sem que haja tido coletivos ni choripán’”, diário *Infobae*, 1 de abril de 2017.

A tensão continuou e um novo ponto de inflexão se viveu em 9 de abril, quando um grupo de professores –em sua maioria mulheres- tentou estabelecer um acampamento na praça em frente ao Congresso Nacional em continuidade com o plano de luta por aumento de salários. As forças de segurança reprimiram e detiveram vários professores com a desculpa de que não teriam uma licença para levar adiante o acampamento. O fato gerou outra paralização geral na educação de todos os níveis<sup>26</sup>.

Estes poucos exemplos de conflitividade até os primeiros meses de 2017 nos falam das tensões entre frações sociais com interesses antagônicos, quer dizer, do movimento concreto da luta de classes. Algo que desarma o discurso oficial acerca das divisões como algo imposto artificialmente e do “diálogo” como ferramenta para a mancomunhão. Inclusive as mesmas frações em apoio ao governo, que acreditam e reproduzem esses discursos, colaboram ao desacreditá-lo com sua mobilização, quer dizer, com sua manifestação política explícita.

Com essas manifestações as fragilidades do discurso dominante se apresentam – a ideologia da “greta, e a ideologia da “mancomunhão”- em dois aspectos: em primeiro lugar, se desgasta a leitura maniqueísta que coloca artificialmente que “os argentinos têm sido divididos”, pois as contradições são próprias dos interesses –culturais, econômicos, ideológicos, políticos- que manifestam os sujeitos em suas relações de classe, e não produto de administrações que “introduzem” a conflitividade de maneira exógena. Em todo caso, vale esclarecer, há administrações políticas que apresentam de formas mais explícitas essas diferenças. E, segundo lugar, se esvazia de conteúdo o reiterado chamado a “trabalhar todos juntos por um futuro” e a “dialogar”, posto que a mesma dinâmica de uma sociedade de classes o que se reproduz são antagonismos, não coesões.

Assim, as ações de protesto começam a evidenciar na via pública as falácias do discurso, e a “ideologia da greta/mancomunhão” fica suscetível a perder seu efeito. Mais ainda quando o estado intervém por meio da força com o objetivo de restaurar a ordem que o discurso não pode conter.

## **Palavras finais**

Neste artigo tentamos esboçar os elementos que compõe a interpretação ideológica da realidade encabezada pelo atual governo de Macri na Argentina, a qual se

---

<sup>26</sup> Ver nota “Nos disseram que a ordem veio da Presidência”, Jornal Página 12, 10 de abril de 2017.

insere em um processo de luta de classes e, portanto, manifesta seus interesses de classe. Esboçamos também que dita interpretação da realidade tem suas limitações, à luz do incremento da mobilização popular e das contradições próprias do discurso oficialista.

A gênese desta leitura ideológica pode ser localizada na irrupção do kirchnerismo e o “reordenamento” de identidades políticas, o que foi considerado por parte do *stablishment* econômico, a oposição política e as corporações capitalistas de comunicação (capital comunicacional), como algo pernicioso, quiçás porque nesse reordenamento também se vislumbraram mais claramente os interesses em jogo de diversas classes e frações de classes sociais. A resolução discursiva a essa situação de maior *explicitude* do caráter confrontativo dos interesses de classe foi a formulação de uma ideologia falaciosa: afirmar que os confrontos se devem a eventuais “maus procederes” e “más atitudes”, e que as mesmas podem se resolverem através do “diálogo”.

A “ideologia da greta / mancomunhão” sintetiza assim as concepções de classes, no interior do bloco dominante, sobre a realidade social, iludindo seus fundamentos e interesses reais; isto é, representações que direta ou indiretamente naturalizam, justificam ou legitimam as ações de dominação.

Em tal sentido, todo *discurso ideológico* é um aspecto de suma importância dentro do processo de luta de classes, que implica aliás atender as relações e as forças sociais que lhe dão origem. Por isso se torna importante compreender a leitura heterônoma e ahistórica da realidade que se apresenta e difunde desde a perspectiva da classe dominante, através do bloco dominante, na Argentina atual: a interpretação do conflito social como algo anômalo, quando na realidade forma parte e é resultado da dinâmica da luta de classes na sociedade capitalista contemporânea.

A leitura ideológica que é difundida pela burocracia (estatal e governista) em aliança com as empresas capitalistas de comunicação hegemônicas tem adquirido, como sugerimos, certa efetividade desde o momento em que aquela interpretação se transforma em representação cotidiana (“senso comum”); e o que aqui denominamos “ideologia da greta /mancomunhão” se difundem como dois aspectos de um mesmo eixo de manipulação ideológica com caráter de classe.

Contudo, as contradições próprias das relações capitalistas não tardam em mostrar os antagonismos concretos, mais além dos discursos. Se estabelece assim um cenário aberto no qual se colocará à prova a efetividade real do discurso ideológico oficialista à luz da luta de classes na Argentina.



## Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. *Ideología y Aparatos ideológicos del Estado*. En Zizek, Slavoj, *Ideología. Un mapa de la cuestión*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- ARTESE, Matías. *La protesta social y sus representaciones en la prensa argentina entre 1996 y 2002*. Revista Perfiles Latinoamericanos. Vol. 19, n° 38, 2011.
- ARTESE, Matías y GIELIS, Leandro. *La protesta durante el primer kirchnerismo (2003-2004) - Hechos y declaraciones según los diarios La Nación y Clarín*. Revista Estudios. N° 32, 2014.
- BARRET, Michèle. *Ideología, política, hegemonía: de Gramsci a Laclau y Mouffe*. En Zizek, Slavoj, *Ideología. Un mapa de la cuestión*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- BRAGA, Lisandro. *Capital comunicacional e discurso do poder*. Revista *Enfrentamento*, ano 10, n° 17, 2015.
- BRAGA, Lisandro. *Repressão estatal e capital comunicacional – o bloco dominante e a criminalização do movimento piqueteiro na Argentina*. 2016. 310 p. Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- CHOMSKY, Noam, y HERMAN, Edward. *Los guardianes de la libertad*. Buenos Aires: Planeta, 2013.
- COTARELO, María Celia. *Argentina (1993-2010). El proceso de formación de una fuerza social*. Buenos Aires: PIMSA – Imago Mundi, 2016.
- EAGLETON, Terry. *Ideología*. Barcelona: Paidós, 2005.
- GARCÍA FANLO, Luis. *Independencia y argentinidad, 200 años después*. Em: Revista Ciencias Sociales (pp. 28-31). Buenos Aires. Facultad de Ciencias Sociales, UBA, 2016.
- GRAMSCI, Antonio. *La formación de los intelectuales*. México: Editorial Grijalbo, 1967.
- HALL, Stuart. *Discurso y Poder*. Huancayo, Perú: Ricardo Soto Sulca ediciones, 2013.
- MATTELART, Armand. *Para un análisis de clase de la comunicación*. Buenos Aires: ediciones El Río Suena, 2010.
- NIEVAS, Flabián. *Exordio: ciencia y capitalismo*. Em: NIEVAS, Flabián (org.). *Perspectivas sociológicas* (pp. 11-53). Buenos Aires: Eudeba, 2015.

PÊCHEUX, Michel. *El mecanismo del reconocimiento ideológico*. En Zizek, Slavoj (comp.) *Ideología. Un mapa de la cuestión*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

THERBORN, Göran. *La ideología del poder y el poder de la ideología*. Madrid: Siglo XXI, 1987.

THOMPSON, John (2002). *Ideología y Cultura Moderna. Teoría crítica social en la era de la comunicación de masas*. México: Universidad Autónoma Metropolitana.

VAN DIJK, Teun (1997). *Racismo y análisis crítico de los medios*. Barcelona: Paidós.

\_\_\_\_\_. (2003). *Ideología y discurso. Una introducción multidisciplinaria*. Teun A. Van Dijk. Barcelona: Ariel.

VARESI, Gastón (2016). Tiempos de restauración. Balance y caracterización del gobierno de Macri en sus primeros meses. *Revista Realidad Económica* N° 302, pp. 6-34.

VIANA, Nildo. *Para além da crítica dos meios de comunicação*. Em: MARQUES, Edmilson et al (Orgs.). *Indústria cultural e cultura mercantil*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2007.

\_\_\_\_\_. *Senso comum, representações sociais e representações cotidianas*. Bauru, SP: Edusc, 2008.

\_\_\_\_\_. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Ideias e letras, 2009.

\_\_\_\_\_. *A teoria das classes sociais em Karl Marx*. Florianópolis: Bookess, 2012.

WAINER, Andrés (2016). “¿El populismo imposible? Economía y política en la argentina reciente”, *Revista Epocas*. Disponible en <http://revistaepocas.com.ar/el-populismo-imposible-economia-y-politica-en-la-argentina-reciente/>

ŽIŽEK, Slavoj (2008). ¿Cómo Marx inventó el síntoma? En Žižek, Slavoj (Comp.) *Ideología. Un mapa de la cuestión* (pp. 329-370). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.